

PROFISSIONALIZAR, UM VERBO TRANSITIVO

Ana Penido¹

Suzeley Kalil Mathias²

*É fundamental diminuir a distância entre o que se diz
e o que se faz, de forma que, num dado momento,
a tua fala seja a tua prática.*

Paulo Freire

A questão da profissionalização militar é multifacetada e permeável à realidade. Não pode, portanto, ser vista como um receituário único. A profissionalização dos militares, assim como a dos diplomatas, transige segundo variáveis internas (formação histórica, sociológica e política do Estado; regime de governo, cultura política, etc.) e externas (contexto internacional e entorno estratégico). Assim, pensar na profissionalização da força armada de algum país implica conhecer os elementos próprios daquela realidade específica e como eles se inserem na conjuntura mundial.

Neste artigo, serão enfocados os desafios futuros da profissionalização militar no Brasil, com ênfase no Exército, a partir de duas questões

fundamentais. A primeira delas é a multiplicidade de funções que hoje as Forças Armadas brasileiras são chamadas a desempenhar, algumas delas conflitantes entre si. A segunda questão é a relação entre civis e militares no Brasil contemporâneo. Os dois temas oferecem elementos para um amplo leque de discussões, mas neste trabalho devem ser lidos em suas interfaces com a variável profissionalização. Por fim, consideram-se alguns elementos essenciais para a profissionalização do futuro militar.

Notas introdutórias

Nos últimos trinta anos, dentre muitas mudanças, duas em especial impactaram profundamente as Forças Armadas do Brasil. A primeira delas foi o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, que reposicionou os EUA no mundo e, por sua vez, abriu espaço para a substituição das tensões Leste-Oeste pelo neoliberalismo. A segunda foi a saída dos militares brasileiros do controle direto do Estado, com o processo de transição do regime burocrático-autoritário³ para o governo democrático.

O governo que melhor expressa as opções brasileiras na década de 1990 é o de Fernando Henrique Cardoso, que adotou o chamado paradigma normal, segundo a tipologia de Cervo,⁴ baseado:

a) no revisionismo histórico e na condenação das estratégias internacionais do passado; b) na adoção acrítica de uma ideologia imposta pelos centros hegemônicos de poder; c) na eliminação de ideias de projeto e de interesses nacionais; d) na correção do movimento da diplomacia. [...] Erigida como ideologia da mudança, engendrou graves incoerências, ao confundir democracia com imperialismo de mercado, competitividade com abertura econômica e desenvolvimento com estabilidade monetária.

Nesse período, o Brasil aderiu ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (1995) e ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (1998), entre outros. Ao aderir aos pactos de erradicação de armas químicas e biológicas de destruição massiva, o país impôs-se duas renúncias: primeiro, abriu mão do exercício da força como instrumento da política, um atributo tradicional de poder; segundo, manteve a capacidade militar-estratégica convencional sem sustento tecnológico próprio,⁵ incompatibilizando-se até mesmo com a aspiração de potência regional.

Já no início do século XXI, pôde-se assistir a um novo contexto internacional marcado por conflitos de diferentes tipos, em que os EUA têm sua

hegemonia questionada no terreno econômico, político e ideológico, mesmo que sob o ponto de vista militar continue sendo a única superpotência.

Após o fracasso das experiências neoliberais, que aprofundaram a dependência internacional e as diferenças sociais na América Latina, foram eleitos governos em diversos países, como o Brasil, com programas que tinham em comum o desejo de ampliação da autonomia nacional frente à potência hegemônica, privilegiando relações multilaterais com os próprios países do Sul global. Esse novo período seria regido pelo paradigma logístico, cuja maior expressão é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nessa situação, ocorre:

- a) o reforço da capacidade empresarial do país; b) a aplicação da ciência e da tecnologia assimiladas; c) a abertura dos mercados do norte em contrapartida ao nacional; d) mecanismos de proteção diante de capitais especulativos; e) uma política de Defesa Nacional.⁶

Condizente com o plano de autonomia, o país cresceu economicamente, aumentou sua projeção internacional e ampliou o acesso da população à educação e à saúde, entre outros direitos sociais básicos. Ao mesmo tempo, o país seguiu com problemas estruturais, como a alta taxa de desigualdade social, uma infraestrutura insuficiente para a integração nacional e uma grande dependência de produtos primários na pauta de exportação. Nos últimos três anos, muitos desses indicadores têm rapidamente se alterado; em particular após a eleição de Bolsonaro, ocorreu talvez a mais brusca ruptura na política externa da história do país.

Tais transformações no ambiente internacional e no cenário interno brasileiro causaram impactos na doutrina militar. A derrota da Argentina na Guerra das Malvinas, em 1982, serviu de aprendizado, pois colocou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947) em questão, uma vez que, segundo este tratado, países como o Brasil e os EUA deveriam se insurgir contra a Inglaterra, o que não ocorreu e evidenciou a “incapacidade das Forças Armadas brasileiras para uma guerra convencional de média intensidade”.⁷ A nova doutrina substituiu as percepções de conflito e rivalidade no continente sul-americano pelas de cooperação e acordo, em especial no âmbito comercial. Do ponto de vista do preparo das Forças Armadas, Flores preleciona:

Uma capacidade militar de dimensões comedidas, mas tecnologicamente moderna e eficiente para que mereça respeito e credibilidade como instrumento de poder a serviço dos interesses da sociedade brasileira, complementada pela capacidade indispensável para o exercício de atividades de natureza não essencialmente militar que lhes devam caber por conveniência nacional definida em lei.⁸

Também a visão sobre as relações com os EUA modificou-se ao longo desse período, variando entre o desejo de ser seu principal interlocutor no continente, passando por uma postura mais pragmática na negociação de apoios, até a total subserviência e alinhamento que vemos nos dias de hoje. Quanto a essa questão, existiram percepções diferentes entre as Forças. A Marinha tentou distanciar-se mais rapidamente do alinhamento automático com os Estados Unidos em busca da modernização tecnológica e de um projeto industrial militar.

Sob o comando americano, aprendemos a fazer a guerra no mar em molas modernas, entramos em contato com equipamentos de projeto recente e sofisticados, como o sonar e o radar, passamos a pensar em termos mundiais mais do que em termos regionais, despertamos, mais uma vez, para nossa vocação atlântica. Contudo, à total dependência material somaríamos uma subordinação intelectual esterilizadora nos anos subsequentes.⁹

Ao mesmo tempo, diversos países começaram a considerar alguns temas como “globais”, ou seja, temas em que não mais se aplicaria o conceito de soberania nacional e autodeterminação, pois seriam temas mundiais. Por isso, debatia-se a importância de reformar os aparelhos militares dos países menos poderosos para um novo tipo de combate policial, contra o crime organizado transnacional. Tal discussão ganhou fórum próprio – as Conferências de Ministros de Defesa das Américas¹⁰ –, no qual foram se quebrando as resistências, com cada vez maior emprego militar em questões internas, ao mesmo tempo que se mantinha o mesmo discurso de política militar para a defesa, baseado na soberania nacional e defesa contra ameaças externas, abrindo-se, entre os anos 1990 e os anos 2000, brecha cada vez maior entre o discurso e a ação.¹¹ Saint-Pierre¹² critica a adoção automática de conceitos formulados para outros contextos e interesses (como o de segurança multidimensional), sem a necessária reflexão sobre as ideologias e os interesses que eles carregam consigo. Exemplo atual dessa necessidade pode ser extraído de Kiras,¹³ para quem, “no futuro, as guerras irregulares seriam incitadas por diferenças culturais [...] e a violência exercida por motivos étnicos ou identitários”. Concordar com essa afirmação sem levar em conta a composição multirracial e o ecletismo religioso brasileiros significaria a dissociação entre a cultura do país e a cultura estratégica.¹⁴

Com a atual mudança na linha política adotada pelo Executivo nacional, iniciada sob a tutela de parte considerável da corporação militar,¹⁵ provavelmente serão observadas mudanças doutrinárias, retomando formulações da Guerra Fria, especialmente da época quando o Brasil estava automaticamente alinhado aos Estados Unidos, e cabia às Forças Armadas dos países

subordinados tarefas de segurança interna. Da mesma maneira, tem ocorrido a ida de um número grande de oficiais, inclusive na ativa, para funções no Executivo fora da área da defesa.¹⁶ Essas modificações já começam a ser sentidas na profissionalização militar, ou talvez seja mais adequado falar em desprofissionalização militar.

A transigência da profissionalização segundo as possibilidades de emprego

Huntington¹⁷ considerava que o espírito de corpo gerava uma ética profissional própria e atemporal, desde que não ocorressem mudanças na natureza da função militar – a técnica militar não afetaria tal natureza. Hoje, com o predomínio dos militares em outras funções, diferentes do combate tradicional, mudanças nessa ética profissional podem ser observadas.

Como em qualquer profissão, missões diferentes exigem treinamentos diversificados. No caso do militar, a profissionalização transige segundo a hipótese de emprego identificada. Em um ambiente com possibilidades de emprego variadas, preparar o soldado fica cada dia mais difícil. Porém, antes de entrar propriamente nesse debate, é preciso conhecer um pouco mais as atividades que o Exército Brasileiro profissional é chamado a desempenhar.

Assumem-se, com base em Bruneau e Matei,¹⁸ as seguintes possibilidades de emprego militar:

QUADRO 1 – Função a ser desempenhada e agência responsável

Função	Agência
Guerras	Forças Armadas
Guerras internas	Forças Especiais, Polícia, Inteligência (militar e policial)
Terrorismo	Polícia, Forças Especiais, Inteligência (policial com apoio da inteligência militar)
Crimes	Polícia, Inteligência policial (com apoio da inteligência militar em situações específicas)
Assistência humanitária	Forças Armadas, Forças Policiais, Defesa Civil
Operações de paz	Forças Armadas, Forças Policiais

Fonte: Elaboração própria com base em Bruneau e Matei (tradução livre).¹⁹

Para esses autores, a hipótese de guerra convencional é a menos requerida dos militares no século XXI. A visão da guerra como um instrumento político condenável generalizou-se por todo o globo, tornando improvável

uma situação de guerra que engajassem populações inteiras em operações massivas, nos moldes da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Keegan,²⁰ por exemplo, afirmou que, “apesar da confusão e da incerteza, parece possível vislumbrar a silhueta emergente de um mundo sem guerras. [...] A guerra está saindo de moda”. Segundo essa declaração, os conflitos continuariam existindo, mas, em vez da militarização da questão, eles estariam invocando grandes potências em um impulso humanitário de intervir em nome da paz.

Esta afirmação é considerada neste artigo como excessivamente apressada. De fato, é verificável a preocupação política das nações hegemônicas em justificar e legitimar suas ações violentas, apresentadas como o último e execrável recurso,²¹ deixando encoberta a guerra como um instrumento para a imposição da própria vontade. Da mesma forma, mesmo que a Venezuela, por exemplo, tenha se tornado um incômodo a cada dia maior para os Estados Unidos, ainda impera a improbabilidade de um conflito convencional no continente sul-americano, onde os conflitos vêm historicamente encontrando saídas diplomáticas, ou a potência hegemônica tem adotado outras formas de guerra.

No caso do Brasil em particular,²² a Constituição de 1988, considerando que o país não tem inimigos, determina no seu Artigo 4. que o Brasil deve reger suas relações internacionais pelos princípios de independência nacional, autodeterminação dos povos, não intervenção e cooperação, entre outros. Em virtude dessa situação, a Estratégia Nacional de Defesa (END)²³ indica a opção pela estratégia dissuasória e pela cooperação com os outros países do continente, sem deixar de lado a soberania dos Estados.

Apesar de ser pouco provável o envolvimento do Brasil em uma guerra convencional, essa possibilidade não pode ser descartada. Caso uma guerra viesse a ocorrer, os prejuízos sociais que ela causaria são incomensuráveis, logo, estar preparado para evitá-la permanece sendo uma necessidade da Defesa Nacional. A reflexão que se faz aqui é que, mesmo em termos de armamento, ter alta capacidade convencional de ação não significa automaticamente uma vitória estratégica para o Brasil. Walton alerta para isso quando afirma que cada país deve ter a sua cultura estratégica e que esta deve ter relação com seu histórico de formação:

Todo Estado tem uma diferente cultura estratégica, e isso tem uma grande influência na tomada de decisão dos países. [...] A cultura estratégica certamente reflete a cultura geral da população de um Estado, mas também as subculturas específicas dos indivíduos que constroem a estratégia.²⁴

Não foram encontrados estudos que discutissem especificamente esse ponto no Brasil, isto é, a relação entre cultura política e cultura estratégica.

Porém, com base na END, infere-se que a opção brasileira pela doutrina dissuasória está em concordância com a cultura política do país. Essa é uma estratégia de coerção negativa, quando se ameaça um adversário para que ele não faça alguma ação, seja negando a obtenção do que ele deseja, seja o ameaçando de retaliação. É um tipo de violência diferente de compelir alguém a fazer algo que não deseja. A dissuasão guarda a paz, pois estimula o oponente a, a partir do cálculo político, desistir do ataque, enquanto garante espaço para a utilização de outras ferramentas, como a diplomacia.

Segundo Carvalho,²⁵ em razão da ausência de ameaças externas, as Forças Armadas Brasileiras sofrem uma espécie de desemprego estrutural e, por isso, os militares são usados em missões diversas, pois, do ponto de vista de alguns governantes, eles seriam uma “força de trabalho ociosa”. A Marinha e a Aeronáutica estariam conseguindo superar essas limitações, envolvendo-se na disputa pela tecnologia de ponta, pela indústria de Defesa Nacional, entre outros. Em virtude disso, as duas Forças adotaram uma política de contratação de quadros técnicos civis (inclusive mulheres), o que contribuiu para “civilizar” ou arejar, em termos de composição, ambas as Forças. Em contrapartida, ainda segundo o autor, o Exército não conseguiu se adaptar aos novos tempos. “A Força que se vangloria de ser a mais democrática, ironicamente, é a que aparece mais resistente à democracia”.²⁶

Por sua rigidez e falta de adaptabilidade, bem como pela disposição dos governantes em baratear os custos de levar a cabo tarefas do Estado, o Exército foi amplamente usado na resolução de problemas internos do país, pois, com base na sua rígida hierarquia, o governo passa a contar com amplo corpo profissional para atendê-lo numa enormidade de questões distintas da área de defesa. Essas questões, levantadas quase quinze anos atrás, trazem luz ao distinto engajamento das Forças no governo Bolsonaro.

Simultaneamente, têm surgido, ou se ampliado, outras ameaças para a segurança dos povos e dos Estados que devem preocupar mais que a hipótese de guerra. Se o fim da Guerra Fria afastou a discussão sobre a guerra nuclear entre potências, ele reeditou questões que alimentaram as disputas entre as sociedades ao longo dos séculos, como a pobreza e a desigualdade.

O Exército Brasileiro sempre teve mais de uma possibilidade de emprego, logo, esse não é um fenômeno novo. Mais que entrar em conflito com militares de outros países, o Exército tem sido chamado para ações como o socorro a populações vítimas de desastres naturais em pontos extremos do território; vigilância das fronteiras para evitar o tráfico de drogas, armas e pessoas; ações de paz internacionais; auxílio na construção de megaprojetos de infraestrutura do país; e ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nos aglomerados urbanos das grandes cidades. O fato que tem cha-

mado a atenção dos pesquisadores é o aumento das ações classificadas como subsidiárias e de segurança pública.

À luz dessa realidade, acredita-se que duas questões precisam ser ajustadas na tipologia de Bruneau e Matei para o caso brasileiro. A primeira diz respeito ao emprego interno, que no caso do Brasil está regulamentado como emprego em GLO. A segunda questão acrescenta um item à classificação de Bruneau e Matei. Ainda que constituam um desvio de função, as Forças Armadas são utilizadas como instrumento do Estado (indutor do desenvolvimento) na construção e manutenção de importantes obras de infraestrutura deste.

No teatro externo, chama a atenção o emprego do Exército, junto às outras Forças Armadas, em missões de paz internacionais. A Política de Defesa Nacional (PDN)²⁷ destaca como um dos seus objetivos a importância de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Esse objetivo é cumprido seja com observadores desarmados, seja pela atuação direta no conflito, com o envio de tropas. Essa política tem como objetivo o “monitoramento da resolução do conflito (cessar fogo) e o desenvolvimento de condições para a instauração da paz na região conflagrada. A legislação brasileira, portanto, prevê o emprego de brasileiros em missões de manutenção da paz (*peacekeeping* ou *peacemaking*), cuja base é o capítulo 6 da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), mas não comporta as missões de imposição da paz (*peace-enforcement*), fundamentadas no capítulo 7 da Carta da ONU.²⁸

O emprego em ambiente externo é menos visível para a população. As atividades que ocorrem dentro do território têm mais projeção devido ao contato direto com a população brasileira. O Exército sempre tentou demonstrar sua importância para a sociedade, não apenas no treinamento para a guerra, mas também para a integração e desenvolvimento do país, atuando em atividades diversas como estabelecimento de colônias agrícolas em áreas fronteiriças, construção de rodovias e ferrovias, educação profissional para os recrutas, alfabetização e assistência a populações afastadas, entre outras tarefas. Em alguns locais, o Exército é a única instituição presente do Estado. Esses subprodutos da atividade militar tiveram e têm impacto no desenvolvimento nacional.²⁹ Nessas ações, destaca-se um elemento: o contato predominante com civis brasileiros (ou estrangeiros), e não com militares de outras nacionalidades. Porque mais visíveis, são preferidas pelos formadores de opinião e também pelos governos, que veem no uso das Forças Armadas uma maneira fácil e barata para levar a cabo políticas públicas que de outro modo seriam mais custosas. Um exemplo foi o Projeto Calha Norte: elaborado nos anos 1980, estava previsto para ser realizado por diferentes pastas ministeriais e visava levar especialmente atenção à saúde e educação a populações isoladas na Amazônia. Ele somente não foi um fracasso total por causa da participação

militar que, por meio da instalação de quartéis, fornece ainda hoje tais serviços para aqueles brasileiros.

Embora preferidas pela população em geral, alguns militares resistem a aceitar tais atividades por entenderem que não é sua função precípua. Esse desencontro é identificado por Santa'Anna:

A missão menos importante, do ponto de vista dos militares, é aquela à qual os civis dão mais valor: as atividades subsidiárias. As precariedades socioeconômicas do país levam os militares a servir de tapa-buraco numa série de tarefas não pertinentes à sua profissão, como assistência à saúde pública, transporte, resgate, socorro em desastres naturais, apoio à polícia e outras que, em países desenvolvidos, são executadas por órgãos civis.³⁰

Há dúvidas se de fato os militares não gostam dessas atividades. De toda forma, eles inegavelmente compreendem sua utilidade, como pode ser observado na declaração de um antigo comandante do Exército:

As ações subsidiárias não devem comprometer a operacionalidade da Força, porém há que se considerar que têm valor estratégico como veículo de projeção do Exército Brasileiro no seio da sociedade, neutralizando segmentos interessados na diminuição do peso das Forças Armadas nas esferas decisórias do país. Dessa forma, interessa participar de projetos governamentais de natureza civil, relacionados com a Defesa Nacional, que contribuam para desenvolver áreas pioneiras e permitam captar recursos para ações de interesse da Força.³¹

Há uma diversidade de atividades subsidiárias, seja no âmbito da assistência humanitária, seja como motor do desenvolvimento. No âmbito da assistência humanitária, destacam-se as atividades na saúde pública e na defesa civil. Vários quartéis do Exército prestam atendimento médico e odontológico às comunidades vizinhas, participam de campanhas de vacinação e combatem surtos de doenças. Da mesma forma, sempre que necessário, atuam em enchentes, incêndios, secas e outros desastres, contribuindo para a diminuição das necessidades da população em situações de risco.

No âmbito desenvolvimentista, tem destaque o setor de Engenharia de Construção do Exército, que vem atuando há décadas na construção da infraestrutura nacional, como estradas, pontes, ferrovias, aeroportos, poços, obras de saneamento, entre outras, em particular nas regiões mais remotas do país. Exemplo da institucionalização dessa atuação é a Lei Complementar n. 117,³² pela qual a área de Engenharia do Exército foi autorizada a cooperar

com órgãos públicos e “excepcionalmente” com empresas privadas para a execução de obras e serviços.

Na prática, o Exército acaba cumprindo até mesmo o papel de fiscal de obras públicas.³³ Por fim, a diversidade de operações que o Exército desempenha é tão grande que engloba até mesmo a fiscalização e o transporte das urnas eletrônicas e o combate à boca de urna durante os períodos eleitorais – estas classificadas nas operações GLO. Não obstante, o Exército ainda é visto como um espaço de formação da cidadania, inclusive pelo governo. Esse papel era defendido por Olavo Bilac desde o início da República, quando, preocupado com o surgimento de uma casta militar, defendia o serviço militar obrigatório com o argumento de que “o Exército será o povo, e o povo será o Exército”. Enxergava assim uma missão castrense na educação cívica do cidadão, o que requereria militares absolutamente dedicados à sua profissão. Conforme Coelho,

[o] quartel, dizia ele [Bilac], apura as qualidades do indivíduo, infunde-lhe o sentido da hierarquia, da disciplina, do patriotismo. O quartel seria a expressão mais acabada da democracia, porque nivela as classes no mesmo dever e na tarefa de Defesa Nacional, funde o civil com o militar na medida em que ambos influenciam-se mutuamente e, assim, afasta o perigo do surgimento de uma casta militar.³⁴

Exemplo dessa ideia é o Programa Soldado-Cidadão, lançado em 2004 pelo Governo Lula com o objetivo de dar a alguns recrutas selecionados uma formação profissional técnica que facilite sua reinserção no mercado de trabalho após o fim do serviço obrigatório. Em alguma medida, esse também é um novo emprego para as Forças Armadas: recuperar jovens carentes (infratores ou não), incorporando-os às suas fileiras, uma vez que eles mostram dificuldades em serem absorvidos pela sociedade.³⁵

O emprego interno mais polêmico dos militares é em ações de segurança pública, quando o Exército atua na repressão a cidadãos brasileiros, ainda que em nome do combate à criminalidade. Esse emprego também não é novo, uma vez que o Exército fez incursões na política de segurança interna durante todo o século, mas cresceu durante os governos petistas. Para uma população que se encontra em situações de insegurança pública, propostas de emprego castrense em ações policiais são muito bem aceitas. Trata-se do emprego militar contra a miséria urbana.

As Forças Armadas poderão intervir em nova guerra entre brasileiros, não a guerra ideológica anterior de nosso Leste-Oeste interno, mas a guerra da pobreza contra a riqueza, a guerra de nosso Norte-Sul doméstico. As

primeiras escaramuças dessa guerra estão aí na ação do crime organizado, na violência da polícia, no extermínio de menores [...] e pode-se entender a cumplicidade da classe média em relação à ocupação militar da cidade.³⁶

Em seu desespero, a sociedade deseja apenas que suas demandas sejam atendidas e, nesse sentido, acredita que o combate ao crime transnacional, como o tráfico de drogas, por exemplo, deva ser resolvido por tanques, caças e militares; enquanto, na verdade, sua solução está em outros cenários, como em um trabalho mais eficaz de inteligência, melhor treinamento e formação para policiais.³⁷

Mais importante, o emprego militar em atividades de segurança pública não favorece o controle civil sobre os militares, essencial à constituição de um regime democrático, pois consistiria na manutenção da autonomia castrense, representando “uma opção limite que, de um lado, expressa a falência do instrumento policial tradicional, de outro, estimula uma dependência do presidente em relação à área de força militar do Estado”.³⁸

Segundo Mathias e Guzzi,³⁹ a manutenção da empregabilidade das Forças Armadas em segurança interna registrada na Constituição de 1988 é representativa de uma cultura política que alimenta a autonomia castrense, ao mesmo tempo que se lhes imputa o papel de contenedores da ordem social, o que alimenta a incompleta transição de um pensamento autoritário no interior das Forças Armadas que nega legitimidade aos civis no âmbito dos assuntos de defesa e segurança, o que implica a incompletude da construção da democracia no Brasil. Isso permite que os princípios da Doutrina da Segurança Nacional,⁴⁰ de péssima lembrança, continuem presentes e influam na legislação que regulamenta a área de defesa e o emprego militar brasileiros.

Outro ponto que gera discordâncias quanto ao emprego interno tem razões externas, que é o medo de fortalecer os EUA como única potência militar com poder de combate real, enquanto as Forças Armadas latino-americanas seriam relegadas ao papel de forças de contenção internas, o que por sua vez modificaria a sua profissionalização.⁴¹ Como é sabido, as Forças Armadas estadunidenses não têm qualquer emprego interno, ao contrário, seus membros são terminantemente proibidos de qualquer intervenção no interior das fronteiras, vivenciando um ambiente com rígida separação de funções. Em países com histórico de participação política dos militares, a preocupação com a limitação do emprego das Forças Armadas internamente precisa estar ainda mais presente.

O que acontece, entretanto, é o contrário. Tomando as diferentes versões da Política Nacional de Defesa (PND), percebe-se que apenas no primeiro

documento, de 1996, houve uma tentativa de delimitar a exteriorização da defesa, pois afirmava: “[a] Política de Defesa Nacional voltada para ameaças externas [...]”, e novamente “[a] Política de Defesa Nacional [...] está em consonância com a atitude externa do país [...]”.⁴² Já na PND de 2005, pode-se ler “[a] Política de Defesa Nacional voltada, **preponderantemente**, para ameaças externas [...]”,⁴³ e na versão de 2012, a redação é ainda mais frouxa, afirmando-se que “Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças **preponderantemente externas**, potenciais ou manifestas”.⁴⁴

Repetiu-se, portanto, o que já havia acontecido na Constituição: o poder político busca o controle civil reduzindo a autonomia militar, mas cede frente a esta, incorporando, às vezes ingenuamente, a concepção própria do meio militar, que é a internalização do conflito,⁴⁵ reforçando, assim, o autoimputado papel de controle da ordem aos soldados.⁴⁶ O preparo (formação e treinamento) do militar deveria incluir, portanto, essas ações.

O emprego das Forças Armadas em missões internas tem duas formas principais: na proteção das fronteiras e nas ações GLO. Na questão das fronteiras, é preciso explicar que não se trata do emprego militar diante do risco de uma invasão do Brasil por outro Estado do seu entorno. Há que se levar em conta que “não há questões de limites de fronteiras a resolver; os conflitos não são mais interestatais e nem há um grupo interno atentando contra o poder do Estado”.⁴⁷ Na realidade, o tipo de conflito que ocorre na fronteira é de natureza policial, quando acontece a violação dos limites territoriais brasileiros por grupos transnacionais, como o narcotráfico ou o crime organizado.

Nesse caso, o desafio da educação militar não é apenas habilitar o militar a atuar na defesa nacional, mas principalmente ensinar o oficial a distinguir quando agir como soldado e quando agir como policial. Para Arruda,⁴⁸ as medidas adotadas atacam o efeito, e não a causa. O autor acredita que o pragmatismo financeiro do governo pode causar sérios problemas. Entre manter funcionários com altos salários e diárias da Polícia Federal na Amazônia e manter um batalhão do Exército com um salário modesto, a segunda opção de fato sai financeiramente mais barata. Entretanto, o emprego militar internamente pode ter sérias consequências políticas e defensivas, uma vez que traz mudanças organizativas e doutrinárias, além de desviar as forças da sua atividade precípua, que outras instituições não são capazes de cumprir. Com isso, ao dar uma formação para a defesa, mas empregá-los tão somente em missões subsidiárias, o maior risco é a desprofissionalização, na qual os soldados não estarão aptos nem para defender o país e nem para solucionar os problemas de segurança.

A Lei Complementar n. 97 regulamenta a outra possibilidade de emprego militar internamente, as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)⁴⁹. Ela deve ser acionada apenas após o “esgotamento de todos os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.⁵⁰ No entanto, como exemplifica o número de GLO autorizadas – totalizaram 133 entre 1992 e 2018, das quais 15 só nos dois anos de Temer –,⁵¹ muitas das quais com duração e número de soldados incompatíveis com operações que por definição são de natureza excepcional e pontual.⁵²

A título de exemplo, a primeira GLO autorizada para preceder a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro, a do Complexo do Alemão, teve duração de quase dois anos, de 2010 a 2012, empregando um contingente total de 4.300 soldados. Para efeitos de comparação, o Brasil empregou na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) 32.000 militares entre 2004 e 2015.⁵³ Cabe sublinhar que participar em missões de paz é atividade precípua das Forças Armadas, pois trata-se da defesa contra ameaças à ordem internacional, que podem ameaçar a segurança não só do Brasil, mas de um conjunto de países. Além disso, no caso específico da MINUSTAH, o comando da missão era brasileiro. Em contrapartida, as ações militares em campo eram de segurança pública e de defesa civil, principalmente depois do terremoto de 2010, razão pela qual muitos justificaram a participação brasileira dizendo que ela seria uma forma de treinamento para operações GLO.⁵⁴

Continua, portanto, atual a análise de Arruda, a qual considera que ocorre uma inversão de papéis hoje, com as Forças Armadas sendo transformadas em força auxiliar das polícias militares, e não vice-versa. Além de trazer impactos na identidade, essa atitude seria pouco eficaz, pois não resolve o problema da insegurança pública e, ao mesmo tempo, compromete a profissionalização militar.⁵⁵ Do ponto de vista educacional, a mesma dificuldade encontrada para identificar as diferentes situações na fronteira – e assim acionar o conjunto de conhecimentos de como enfrentá-la corretamente – ocorre nos casos de GLO.

Dessa forma, deve ser duplo o treinamento dos soldados brasileiros: para situações de guerra e situações de segurança pública, dobrando os esforços de formação e, ademais, aumentando as possibilidades de profissionalização frouxa e inadequada. Além disso, nem sempre a autoridade compreende e diferencia as situações que pedem o emprego das Forças Armadas.⁵⁶ Confundindo a garantia da ordem interna com segurança pública, como vêm mostrando as operações GLO, as autoridades extrapolam e cometem equívocos que, na realidade, são disfuncionais à profissionalização do soldado.

Na pesquisa de Godoy, sobre os discentes da Academia da Força Aé-

rea⁵⁷, existe uma noção difundida entre os alunos de que eles são mais preparados e têm melhor arsenal para combater o crime organizado nas ações de GLO do que as forças policiais. Eles também seriam menos corrompíveis, por não trabalharem diretamente na rua. Ainda segundo os alunos, essas atividades deveriam ocorrer em período restrito, permitindo que eles retornem às suas atividades primárias.

Há dúvidas sobre essa suposta incorruptibilidade das Forças Armadas, em especial tendo em vista o aumento das taxas de criminalidade dentro da corporação. Ao optar por empregar as Forças Armadas em conjunto com as forças policiais, o que acontece nas operações de fronteira e muitas vezes também nas GLOs,⁵⁸ arrisca-se a transferir para os militares as desvirtuadas práticas que são policiais, o que pode redundar em aumento da violência e de casos de abuso de autoridade – como a imprensa noticia com frequência –⁵⁹ e também em corrupção dos membros das Forças Armadas, como o recente exemplo dado pelo sargento da Força Aérea, membro da comitiva presidencial, que transportava cocaína no próprio avião que viajaria o mandatário brasileiro.⁶⁰ Segundo Arruda,⁶¹ em épocas passadas, os crimes mais cometidos por militares eram a deserção e a insubmissão. Em 2000, esse número era de apenas 41% frente a 59% por acusações de roubo, extorsão, estelionato, homicídio qualificado e outros considerados graves.

Assim como o Exército precisa de adaptações para o século XXI, as polícias também precisam de mudanças na doutrina, no aparelhamento e no preparo para atuar no contexto contemporâneo, o que seria objeto de outra discussão. Neste artigo, o importante é determinar que a missão policial (segurança pública) exige preparo diferente da missão militar (Defesa Nacional), e que o aumento das missões subsidiárias traz impactos na profissionalização militar.

Outra questão a ser enfrentada nas possibilidades de emprego é a especialização sem a perda de totalidade. Desde o século XIX, predomina um modelo industrial de sociedade. Assim como no modelo taylorista-fordista, que segmentava a produção, eram segmentadas as capacidades bélicas, diferenciando as formas de lutar na terra, mar e ar, contando cada uma destas com especializações (armas e quadros) internas a cada uma das Forças. O reflexo em termos de organização curricular desse fenômeno é a especialização na fase preparatória (que atinge, inclusive, o nível de conformação de identidades). O resultado estratégico esperado ao final é que, com a maximização de cada parte, ao “juntá-las”, obter-se-ia um efeito somatório.

Os problemas dessa interpretação são diversos: a alienação do próprio trabalho, uma vez que não se tem a ideia completa do teatro de operações, e sim apenas daquela parcela que diz respeito ao seu próprio emprego; a sobreposição de identidades individuais às coletivas, a ponto de um oficial muitas

vezes se considerar mais da Infantaria ou aviador do que do Exército ou Aeronáutica, e até mesmo das próprias Forças Armadas; a expectativa de que a agregação seria sempre harmônica, não deixando espaços vazios, sobrepostos ou mal delimitados; entre outros. A própria história deixou claro que não é razoável tratar a preparação para a guerra como uma linha de montagem de automóveis. Fatores como o acaso, a fricção e mesmo os relativos ao moral do soldado (tão empregados nas guerras revolucionárias) vêm comprovando que a incerteza não é uma exceção, e sim a regra no caso das guerras.

O ensino por níveis (ou cursos condicionantes para a ascensão na carreira) é um fator organizativo importante, mas pode ser entendido de forma burocratizada. Por burocratizado entende-se a rígida separação entre os momentos para estudar e os destinados ao exercício profissional. Assim, a frequência às escolas não é percebida como um meio para a aprendizagem, mas como uma etapa obrigatória a cumprir caso se deseje ascender na carreira. O processo de formação de um oficial não pode ser visto como um suceder de etapas escolares. De fato, algumas vezes esse processo será feito coletivamente e com a supervisão dos superiores, mas a cada dia o autoaperfeiçoamento se torna mais imprescindível.

Outro conceito que foi incorporado à profissionalização é o trabalho em grupo, manejando um largo instrumental tecnológico. Na crença de Jomini,⁶² o comandante ideal era “um homem de grande moral e acentuada coragem física, mas não necessariamente de grandes estudos”.⁶³ Com os avanços tecnológicos atuais, a necessidade de aprendizado está claríssima. As conquistas recentes na tecnologia e na informação trouxeram reflexos em todas as áreas numa velocidade nunca antes vista, inclusive na base profissional.

Na guerra moderna, a rapidez com que as decisões precisam ser tomadas tem causado interferências na hierarquia, pois as novas tecnologias, com maior potencial destrutivo em termos de armamentos e equipamentos, exigem mais de uma única pessoa. Assim, um soldado atuando sozinho em regiões remotas deve decidir o que fazer, com menor controle da cadeia de comando, pois ao esperar pela ordem, pode desperdiçar o efeito da surpresa ou mesmo o poder de destruição de uma arma. Qualquer erro causa sérios danos e, portanto, o treinamento é feito para atingir o erro zero, e é com essa expectativa que o oficial vai a campo. Existe grande preocupação para que essa conjunção de fatores não cause uma paralisia decisória, tolhendo a iniciativa.

A questão da liderança é hoje objeto de preocupação no mercado de trabalho de forma geral. Porém, no caso de uma corporação hierárquica, o tema assume contornos específicos, tendo sido abordado por Huntington e por Finer,⁶⁴ entre outros. O primeiro faz uma diferenciação entre a hierarquia proveniente de um posto (característica de uma profissão) e a hierarquia fruto

de um cargo (característica de uma organização), sendo que “o caráter profissional do oficialato reside na prioridade da hierarquia do posto sobre a hierarquia do cargo”.⁶⁵ Finer aprofunda a questão da impessoalidade da autoridade, que deve ser derivada da burocracia, e não do indivíduo, e que, portanto, por esse entendimento, não se é Comandante deste ou daquele regimento, e sim se **está** Comandante deste ou daquele regimento.

Essa preocupação com o desenvolvimento da liderança é tão grande que recebeu, inclusive, uma disciplina específica na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Uma preocupação é como isso se relaciona com o binômio hierarquia-disciplina, base da profissão militar desde a formação de Forças Armadas nacionais.⁶⁶ Em torno dele, mudaram ao longo dos tempos doutrinas, técnicas de combate, inimigos, interesses, entre outros. Nesse sentido, a questão que deveria se estabelecer é como deve ser constituído o eixo hierarquia-disciplina na democracia moderna.

Importante questão sobre as mudanças no exercício da hierarquia hoje é descrita por Arruda. A formação do oficial precisa estar atenta ao novo tipo de praça que ele vai comandar. A imagem de um sargento semianalfabeto e ignorante não condiz mais com a realidade. Diante da modernização do equipamento militar e da exigência de melhor qualificação para operá-lo, a seleção dos soldados tem se tornado cada vez mais rigorosa, incorporando, inclusive, praças com ensino superior.⁶⁷ Não está no escopo deste estudo a discussão sobre o novo perfil das praças, porém é importante ter em mente essas mudanças para pensar em como preparar o cadete para o exercício da hierarquia e da disciplina em novas bases.

A profissionalização e as relações civis-militares

As diversas possibilidades de emprego enumeradas anteriormente geram um desafio objetivo: como formar um militar apto a desempenhar com a mesma qualidade essa diversidade de funções? Entendendo que cada uma das diferentes atividades demanda um grupo específico de conhecimentos anteriormente adquiridos, como treinar o cadete para que ele saiba escolher qual grupo de conhecimentos deve ser acionado em cada situação?

Janowitz alerta que as mudanças e indefinições sobre a missão a que os militares se destinam têm gerado uma crise de identidade entre o militar herói, o militar administrador e o militar político, expressão das disputas entre a tradição e a modernidade.⁶⁸ O militar herói é aquele herdeiro do guerreiro típico que atravessou os séculos desde a Antiguidade, guiado por valores marciais e cujo objetivo é a conservação das tradições e a obtenção da glória. O

militar administrador é preocupado com a conduta racional da guerra, fazendo cálculos pragmáticos e mantendo ligações efetivas com a sociedade civil. O militar político, além da administração da violência, atua politicamente negociando seus interesses, seja internamente (influenciando decisões políticas nos âmbitos da defesa e da segurança pública) ou externamente (suas atividades somam na balança de poder internacional e influenciam o comportamento dos Estados nacionais), atuando como um grupo de pressão. Nas palavras do autor:

O desenvolvimento de uma abordagem racional não pode suplantar uma vontade acrítica para enfrentar o perigo – a essência do espírito marcial. [...] Os gestores militares estão cientes de que eles dirigem organizações de combate. Eles se consideram homens corajosos, preparados para enfrentar o perigo. Mas eles estão principalmente preocupados com as formas mais racionais e econômicas de vencer guerras ou evitá-las. [...] Os líderes heróicos, por sua vez, afirmam que têm a fórmula adequada para a condução da guerra. Não negam as evoluções tecnológicas, mas para eles as tradições heroicas da luta dos homens só podem ser conservadas na honra e tradição militares, assim como na maneira militar de vida.⁶⁹

Esse dilema entre o militar herói, administrador e político expressa diferentes doutrinas e formas de perceber a guerra e a política internacional. Parte dos oficiais é adepta da doutrina absoluta, em que apenas a vitória total é capaz de ajudar a conquista dos objetivos políticos. Janowitz classifica essa doutrina como realista. Outra leitura possível é chamada pelo autor de pragmática. Nesse caso, a violência surge como um fim, podendo ou não ser empregada em função dos objetivos políticos, cumprindo um papel complementar conjugado com a diplomacia internacional. Quanto mais político o militar, maior a preocupação do oficial com as consequências políticas de suas condutas. Esse comportamento deriva da leitura de que os conflitos internacionais a cada dia são menos resolvidos com o uso da força. Cada decisão estratégica ou tática não é uma simples decisão administrativa militar, mas carrega consigo intenções e objetivos políticos.

O militar administrador e o político também trouxeram impactos na profissionalização, retomando características anteriores da profissão militar. Antes da profissionalização, os militares desejavam se parecer com os civis. Depois dela, eles passaram a formar um grupo profissional especializado. Com o aumento da complexidade tecnológica, os militares profissionalizados voltaram a buscar profissões civis, como engenheiros, civilizando-se ou se associando a grupos de pesquisa em busca de inovações tecnológicas. O efeito

perverso desse giro apontado por Janowitz é a evasão. Com a alta qualificação, os oficiais passaram a receber outras ofertas de trabalho no mundo civil.

O crescimento do papel de administrador e político entre as habilidades que o oficial precisa desenvolver tendo em vista as diversas possibilidades de emprego aqui apresentadas também levanta discussões sobre até que ponto o ensino pode ser mantido como mais tático-operacional nos primeiros níveis da carreira, e político-estratégico nas escolas de altos oficiais.

Por fim, no caso do militar herói, é adaptado o sentimento de busca pela glória. Com a escassez de guerras e com um sentimento hegemônico pacifista na sociedade, a glória passa a ser merecida com base em outros elementos, como o destaque acadêmico.

Janowitz lembra ainda que o equilíbrio entre essas três características varia conforme o nível dos militares na hierarquia, com maior diferença na comparação entre oficiais e praças. Quanto mais alto o posto na hierarquia, maior a necessidade de empregar habilidades interpessoais e menor a necessidade de demonstrar conhecimentos substantivos. A principal habilidade requerida de um oficial de alta patente é o seu poder de comunicação, seja para dentro da corporação, convencendo os próprios subordinados, seja externamente, negociando com os civis e divulgando os programas de interesse das Forças Armadas.

A partir das contribuições de Janowitz sobre os três tipos de militares (herói, administrador e político), é possível retomar o debate sobre a orfandade proposto por Coelho em um novo patamar.⁷⁰ Coelho reconhece dois tipos possíveis de orfandade, a funcional e a institucional, baseadas nas relações estabelecidas entre civis e militares. Considerando as reflexões de Janowitz, infere-se a existência de uma terceira orfandade, a profissional. Essa orfandade aparece no hiato entre a formação militar e o emprego profissional. Além de se sentirem órfãos organizacional e institucionalmente frente aos civis, os militares também podem se sentir órfãos das suas próprias expectativas profissionais. Isso significa que o ensino pode formar militares em busca de uma prática profissional que provavelmente nunca exercerão durante a carreira, gerando expectativa e frustração.⁷¹

Dessa maneira, as Forças Armadas atuais seriam vítimas de um paradoxo. Por um lado, segundo Huntington, o militar nem sempre é favorável à guerra, pois “embora preconize o preparo, ele nunca se sente preparado”.⁷² Em contrapartida, a depender do ensino recebido, o soldado pode construir uma ideia para si de heroísmo na guerra, e assim ela vai se tornando algo positivo, pois é uma oportunidade de atender a um desejo de sucesso profissional. Num contexto sem guerras externas, parte-se para a hipótese das guerras internas.

Manter a nação em paz e soberana, em circunstâncias de pouquíssima possibilidade de confronto real contra um inimigo externo, não representa justificativa à altura da instituição castrense e não contribui na valorização dos militares perante a sociedade civil. [...] Como a guerra é algo que deve ser evitado, ainda mais na realidade de uma nação como o Brasil, carregada de restrições materiais e de contradições sociais, o encaminhamento dos militares em ações políticas acaba por tornar-se sedutor e legitimar sua existência.⁷³

O contexto sem guerra, portanto, favorece a ação política direta das Forças Armadas, em busca de provar a sua utilidade para a sociedade de forma geral. Uma forma de evitar isso, ainda segundo Godoy, seria adotar definições mais claras sobre a importância das ações subsidiárias em um país como o Brasil. Essa ação contribuiria para aperfeiçoar a formação dos jovens oficiais e evitaria crises de identidade.

Outra maneira de afastar os militares da política apontada pela autora seria estreitar as relações entre as instituições de ensino civil e militar. Assim, a exemplo de outros países, o Brasil deve estimular seus oficiais a se tornarem estudiosos de suas áreas, pesquisadores de novidades aplicáveis às três Forças, passando a frequentar centros de pesquisa e extensão nas universidades civis. Nesse sentido, são experiências bem-sucedidas o Instituto Militar de Engenharia (IME) e o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA), ambos com regime misto, formando militares e civis. Entretanto, importa salientar que o oficial que decide fazer IME jamais será comandante de tropa.

No Brasil, portanto, ainda impera a ideia de que “educação militar é coisa de militar”, num raciocínio herdeiro de Jomini. Para esse autor, cabe ao governo selecionar seus comandantes. Depois, deveria “deixá-los livres para a condução da guerra segundo princípios científicos. [...] não deveriam se intrometer em matérias que só os oficiais instruídos e experientes entendiam”.⁷⁴ Outra herança jominiana que não mais condiz com a necessidade do oficial do futuro e do presente é o seu desprezo pelo estudo.

Está nessa tradição, ainda que em parte, a explicação para a existência de sistemas de ensino separados para civis e militares no Brasil. A Educação brasileira alicerça-se na Constituição de 1988, que determina, em seu artigo 6º, que a educação é um direito fundamental, sendo dever do Estado e da família garanti-la. É, todavia, no artigo 205º que se trata especificamente do assunto, no qual se lê:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno de-

envolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com o fito de regulamentar esse direito, após oito anos de debates, veio à luz, em 1996, a Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esse diploma legal dá forma e estrutura a todo o ensino no Brasil, direcionando para normas específicas os aspectos particulares a cada nível ou grau de ensino. Nesse sentido, o artigo 83^a da LDB determina: “o ensino militar é regulado por lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos *sistemas de ensino*”⁷⁵ (grifos nossos).

A lei admite, regulamentando, uma situação que poderia ter modificado, trazendo para o legislador a responsabilidade pela formação de seus futuros oficiais militares. No entanto, em vez disso, a LDB regulariza uma situação prévia existente, fixando um sistema civil e outros (sublinhe-se o plural) sistemas militares. Na realidade, ainda hoje, são quatro os sistemas de ensino vigentes no Brasil: sistema de educação nacional (que rege a formação de todos os cidadãos não militares, inclusive as profissões exclusivas do Estado, como diplomatas), sistema de educação da Armada – que rege a formação dos profissionais de Marinha –, sistema de educação do Exército – que rege a formação dos profissionais do Exército – e sistema de educação da Aeronáutica – que rege a formação dos profissionais da Força Aérea.⁷⁶ Apenas as diretrizes mais recentes para a Defesa Nacional buscaram, todavia, alterar esse quadro.⁷⁷

A Estratégia Nacional de Defesa atribui ao governo a responsabilidade por estimular o debate de questões relacionadas à defesa no interior da sociedade civil. “As iniciativas destinadas a formar quadros de especialistas civis em defesa permitirão, no futuro, aumentar a presença de civis em postos dirigentes no Ministério da Defesa”.⁷⁸ Exemplo de iniciativa nesse sentido é a aproximação entre instituições de ensino civis e militares por meio de programas de indução fomentados por convênios entre Capes e Ministério da Defesa, como o Pró-Defesa ou Pró-Estratégia, ou dos Seminários que ocorrem nas escolas militares abertos à participação de estudantes civis em nível de graduação. Na Academia, criaram-se linhas de pesquisa em programas de pós-graduação (como História Militar, Estratégia, Defesa) e nasceram programas especializados em Estratégia e Defesa, alguns dos quais em áreas de tecnologia, como Engenharia e outros em humanidades, como Ciência Política e Economia.

Já no âmbito das escolas militares, entretanto, não houve programas abertos aos civis, ainda que as diretrizes pedagógicas das Forças apontem para tal necessidade. Até o momento, os esforços nas escolas militares se con-

centraram na busca de alguma adaptação dos programas das respectivas escolas de pós-graduação às diretrizes de áreas da Capes e na contratação de professores civis.

No entanto, a constatação desses avanços não deve encobrir a significativa distância que ainda permanece. Nos programas de educação das universidades civis, e mesmo nas diretrizes institucionais, como as Metas educativas para 2021, da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI),⁷⁹ é absolutamente ausente o tema da educação militar ou mesmo um tema mais geral sobre a educação para a defesa.

A ausência da temática defesa/ensino militar é preocupante, pois o conjunto dos países que compõem a OEI quase em sua totalidade passou por regimes burocrático-autoritários, sejam eles nos moldes de regimes de base militar ou de ditaduras clássicas, que moldaram essas sociedades e são, em menor ou maior grau, responsáveis pelos desafios ora impostos à educação. Ademais, a cultura política prevalente na maior parte desses países continua a identificar os soldados como a representação máxima da nacionalidade, bem como atribuindo às Forças Armadas a responsabilidade por serviços do Estado e políticas essencialmente civis, como o são a segurança pública ou a preservação do meio-ambiente.⁸⁰

Por fim, uma preocupação expressa por Mathias e Berdu é que a educação, de forma geral, vem se tornando uma mercadoria. E a educação militar, por se tratar de uma profissão exclusiva do Estado, precisaria estar imune a esse processo de mercantilização que tem atingido várias esferas dos serviços públicos.

O fornecimento de ensino para os militares, se incorporado pelo mercado, pode representar ao mesmo tempo um perigo para a democracia, devido à “privatização” do Estado em sua definição, a força, e o aprofundamento do regime, pois a entrada do ensino militar na lógica do mercado implicaria a redução da autonomia castrense.⁸¹

Como informado, a LDB garantiu autonomia às Forças para organizar seu próprio sistema, regulamentado por regimentos específicos. Em 2010, todavia, o Judiciário entendeu que um sistema de ensino deveria ser objeto de lei específica. Cada uma das Forças, então, fez sua lei específica, a Aeronáutica produziu a sua em 2011 e as demais em 2012.

As leis específicas indicam equivalência com grau universitário, o que permite que o oficial, caso o deseje, faça cursos de pós-graduação em

instituições civis. Nota-se, porém, que não há reciprocidade possível. Caso deseje, um profissional civil com o grau universitário não pode frequentar escolas militares em nível de pós-graduação. Também não existe reciprocidade no aproveitamento de estudos. Se um oficial fizer cursos extras no mundo civil, tais cursos não podem ser aproveitados para a sua ascensão na carreira militar.

O principal motivo que leva os oficiais a fazer cursos fora das Forças Armadas, sejam eles profissionais, sejam acadêmicos, é a possibilidade de, ao irem para a reserva, desempenhar atividades de pesquisa, docência e outras na área escolhida. Domingos aborda diretamente essa questão.⁸² Para o autor, os ensaios de aproximação do mundo acadêmico civil e militar são raros. A necessidade para que se vençam as barreiras entre tais mundos está clara na carência de desenvolvimento científico-tecnológico, por exemplo, da base industrial de defesa, possível apenas em caso de trabalho conjunto entre os aparelhos militares, as empresas industriais e os centros de investigação científica.

O trabalho conjunto entre civis e militares já era uma realidade em meados do século XIX. Entretanto, com o aumento da complexidade da função militar, imposta particularmente pela Segunda Guerra Mundial, em alguns países ocorreu o isolamento da educação militar. No entanto, a própria natureza das novas guerras, com armamentos muito mais sofisticados, desnudou a incompatibilidade da permanência de um ensino militar isolado daquele da sociedade em que se insere, pois hoje é necessário compartilhar conhecimento justamente porque é grande a especialização técnica. Nas palavras de Domingos, “a força militar demanda a mobilização e a articulação de um número crescente de áreas, subáreas e especialidades do conhecimento”.⁸³ Como exemplificam os países centrais, as Forças Armadas têm duas opções: formar seus especialistas ou recrutar especialistas já formados. Educar para a guerra não se resume mais a um conjunto de técnicas de combate; ao contrário, a profissão militar exige uma educação científica. E produzir ciência implica viver na fronteira do conhecimento. A ciência militar, portanto, só pode existir com a convivência entre civis e militares.

Ademais, a contribuição militar para o desenvolvimento de atividades científicas é inegável, variando do desenvolvimento da energia atômica à fundação do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).⁸⁴ Porém, de forma geral, o cientista “tende a não aceitar a guerra como fenômeno inerente à dinâmica da sociedade e a rechaçar a ideia de que seu trabalho mantenha algum envolvimento com processos violentos”.⁸⁵ Em sua experiência como professor de oficiais militares, Domingos expõe algumas impressões:

De uma forma geral, todos os militares apresentavam um bom nível de erudição e demonstravam familiaridade com pelo menos uma língua estrangeira; todos haviam percorrido outros países, alguns, inclusive, tendo cursado escolas estrangeiras. Mas a criatividade na interpretação da literatura explorada era limitada pelo condicionamento da reflexão exercitada no aprendizado militar [...] dinâmica social percebida a partir do ambiente acadêmico civil [que] se chocava frequentemente com a ótica cultivada para o emprego da força.⁸⁶

Quanto à necessidade de uma formação em conjunto das três Forças, Santos discute como as diferenças entre os ambientes de combate geram também distinções entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.⁸⁷ Para esse autor, o ambiente determina a estrutura organizacional, as finalidades e os objetivos, a maneira de atuar e a profissionalização. Nesse sentido, embora tenham a mesma finalidade – preparar-se para a guerra –, as escolas de cada uma das Forças requerem métodos, bases e currículos diferentes. Mesmo que a concepção de defesa precise ser integrada, não seria errado, portanto, admitir que não existe hoje uma educação militar, e sim várias educações militares.

A persistência desse tipo de pensamento obriga à retomada de Campos e Alves, que, ao discutirem a Guerra das Malvinas, extraem dessa experiência lições para se pensar as Forças Armadas brasileiras. Uma delas é sobre a importância da integração entre as três Forças, uma vez que, desde a Segunda Guerra Mundial, nunca mais se observou uma guerra na qual elas foram empregadas isoladamente. “A requerida integração só é possível se, desde o tempo de paz, as Forças Armadas forem organizadas e adestradas para o emprego conjunto [...]. Todavia, ainda na atualidade, a doutrina e o adestramento conjunto são incipientes [sic.]”.⁸⁸ Outro impacto apontado está na instrução militar (parte operacional da educação militar). Para os autores, no caso argentino, a dedicação ao combate à subversão impactou no preparo e instrução da tropa, mais adestrada para a guerra irregular que para o combate convencional. Já no caso brasileiro, isso não teria ocorrido na mesma proporção, pois a guerra irregular seria uma especialização da guerra convencional. Na década de 1980, observa-se a inclusão de disciplinas de “instrução para operações especiais e desenvolvimento da personalidade militar”.⁸⁹ Enfim, é possível perceber alguns avanços de aproximação da formação entre civis e militares e entre os próprios militares no caso brasileiro. Entretanto, tais avanços estão longe de tangenciar a integração que existe na formação dirigida às Forças Armadas europeias, por exemplo, e, portanto, estão muito aquém das necessidades de construção de um profissional militar preparado para o amanhã.

Sugestões para a formação do profissional do futuro

Thomas Bruneau e Florina Matei criticam a fraqueza teórica e conceitual da literatura sobre as relações entre civis e militares. Um dos motivos para isso é a carência de dados quantitativos e as dificuldades de se estabelecer parâmetros para consegui-los, pois, mesmo nas democracias consolidadas, muitas bases de dados são de uso exclusivo militar.

Porém, o principal motivo para essa fraqueza de formulação, segundo os autores, é que a produção nesse campo ficou presa ao trabalho seminal de Samuel Huntington, *O soldado e o Estado*, cuja primeira edição data de 1957. Segundo eles, essa é uma obra tautológica, não podendo ser provada ou refutada. Em sua construção, ela sugere conceitos pouco sólidos que mudam durante o trabalho, como o conceito de profissionalização. Por fim, ainda segundo Bruneau e Matei, a proposta de Huntington foca nas relações entre civis e militares exclusivamente na questão do controle civil sobre os militares, o que empobreceu as discussões e aprofundou as diferenças entre civis e militares. Acrescente-se que o trabalho de Huntington fala a um Estado como o dos EUA, jamais tendo sido pensado para realidades como a brasileira e seu entorno. Não há problemas, em especial nos países que saíram de ditaduras, em preocupar-se com o controle, afinal o dilema democrático “quem guarda os guardiões” sempre permanecerá atual. Mas pensar nas relações entre civis e militares no século XXI deveria ir além.

Para avançar em relação a Huntington, os autores propõem a inclusão de duas variáveis nas discussões sobre profissionalização militar: a efetividade e a eficiência. A partir daí, e levando-se em conta o estágio de desenvolvimento tecnológico e político nacional, elaboram uma nova tríade para avaliar as relações entre civis e militares: “a) o controle civil democrático sobre as forças de segurança; b) a efetividade das forças de segurança no cumprimento de suas funções; c) a eficiência (o menor custo possível) no cumprimento de suas missões”.⁹⁰

Nesse sentido, muitas dificuldades permaneceriam. Como medir a eficácia quando o objetivo é desestimular ataques? Como medir a importância da atuação das Forças Armadas em missões humanitárias? Para responder a essas perguntas, são necessários outros caminhos no estudo das relações civis-militares.

O primeiro deles é uma ampliação metodológica. Segundo Bruneau e Matei, já existe uma razoável produção de estudos de caso. Porém, teriam ocorrido poucas incursões na política comparada, opção metodológica que geraria um leito mais fértil para a produção teórica. Na mesma linha, Ol-

meda faz um diagnóstico das produções atuais sobre as relações entre civis e militares e propõe iniciativas para escapar do que ele chama de labirinto de Huntington.⁹¹ Hoje, as produções na área são majoritariamente descritivas e qualitativas, e não analíticas e quantitativas. Esse desvio de abordagem contribui para a manutenção do labirinto por não oferecer aos *policy-makers* subsídios para uma análise concreta da situação.

A segunda ampliação necessária também foi discutida por Olmeda e consiste no reconhecimento das diversas possibilidades de emprego militar, não pensando nas relações entre civis e militares apenas nas situações de defesa territorial e de conflitos entre Estados. Para o autor, o controle democrático “depende menos dos papéis e missões desempenhadas [...] do que de um conjunto de mecanismos de controle e supervisão do governo sobre os instrumentos de segurança, incluindo a sua profissionalização”.⁹² Independentemente da função a ser desempenhada, seriam necessários mecanismos institucionais de controle. As autoras aqui entendem que é possível inclusive incorporar mecanismos de democracia participativa no exercício desse controle, mas isso é objeto para outro trabalho.

A terceira ampliação fundamenta-se numa crítica à concentração dos estudos anteriores exclusivamente na relação das Forças Armadas com os civis, chamando a atenção para as implicações de outras agências na democracia. Estudos contemporâneos das relações civis-militares deveriam incorporar também agentes policiais que cumprem missões junto às Forças Armadas, inclusive internamente, agências internacionais de segurança, paramilitares e agências de inteligência.

Somadas, essas ampliações impactariam, inclusive, a definição do que é o controle civil nos dias atuais. Ou seja, seria importante construir normas profissionais, instituições de controle e mecanismos legais que garantissem o controle, a eficiência e a efetividade de todas as agências de segurança.

Como no caso de outras políticas públicas (portanto, aqui se considera tanto a defesa como o ensino militar como políticas públicas), Bruneau e Matei propõem três etapas: 1) construção de um plano; 2) criação de estruturas e processos para gerar outros planos e implementá-los; 3) garantia de recursos (materiais e humanos) que permitam a efetivação dos planos. O exemplo de política pública de profissionalização militar citado no estudo é o dos EUA. Em virtude do fracasso militar no Vietnã, uma grande reforma na educação militar teria ocorrido em 1986, reduzindo a autonomia que os militares estadunidenses detinham na condução dos seus assuntos educacionais e passando o controle para o Congresso. No ambiente de derrota que exigia mudanças culturais nas Forças Armadas, as transformações nas instituições de educação militar foram a estratégia adotada pelos EUA.

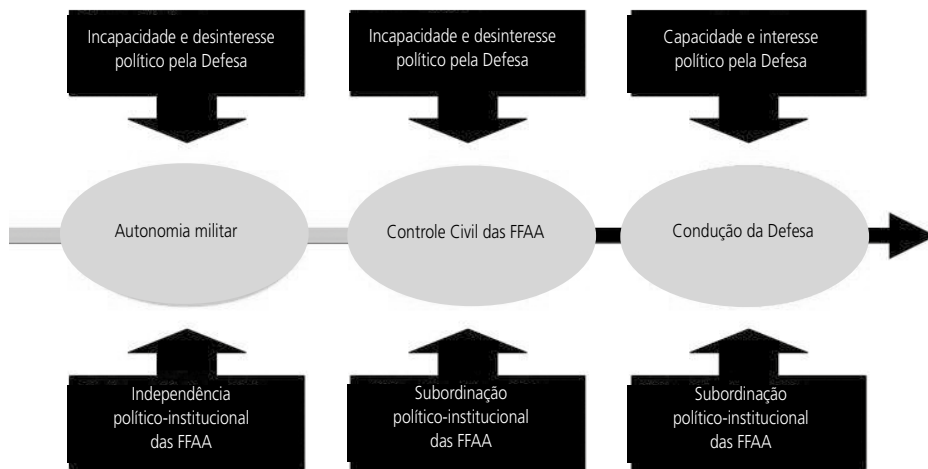
As diferenças entre os EUA e o Brasil em termos militares são tão grandes que impossibilitam uma análise comparativa. Para os autores, o contexto latino-americano sem inimigos externos explícitos causa desinteresse por assuntos de defesa, inclusive por parte dos políticos civis. Essa situação não teria mudado nos governos democráticos atuais. Ao contrário, a divisão de tarefas produto da transição, na qual cabia aos civis o controle do Estado e aos militares o controle da defesa, garantiu a autonomia institucional e afastou as Forças, também pela inércia burocrática e corporativa, de visualizarem qualquer necessidade de mudança. Como debatido ao longo deste artigo, essa separação não gera um leito fértil para as necessidades da profissionalização hoje, seja do ponto de vista da formação técnico-profissional, seja na formação de uma Força Armada condizente com o regime democrático.

Dahl é um autor que tem uma definição absolutamente minimalista de democracia, muito distante das formulações sobre democracia de Rousseau ou Marx. Para este autor,⁹³ o Brasil é uma democracia, pois tem um governo eleito em eleições competitivas, liberdade política para a oposição e os direitos políticos básicos garantidos para a população. Todavia, como Guillermo O'Donnell e autores de tradição progressista têm apontado,⁹⁴ em razão especialmente da desigualdade endêmica que vive o país, as instituições permanecem frágeis e instáveis, impedindo a passagem de um governo democrático para um regime democrático.

Nessa realidade, instituições altamente burocratizadas, como a Igreja e as Forças Armadas, têm maior poder frente aos demais atores, como os partidos políticos e o Parlamento. O regime brasileiro, como o da maioria dos países latino-americanos, já superou um ambiente com alto risco de um golpe militar no sentido clássico, com tanques na rua e fechamento do Congresso, sendo este improvável; entretanto, a autonomia castrense ainda é grande, não condizente com a democracia.

Concorda-se que uma democracia consolidada exige uma burocracia militar profissional, o que significa estar a serviço do programa vitorioso no processo eleitoral.⁹⁵ Esse objetivo demanda um processo que começa com mudanças legislativas que inserem os comandos das Forças na administração civil e, posteriormente, continua com o governo direcionando a política de defesa, definindo precisamente as funções das Forças Armadas e coordenando sua profissionalização, inclusive técnica. Por fim, a sociedade como um todo seria envolvida nos assuntos de defesa, e novas ações sobre o controle do Poder Executivo seriam propostas aos militares, como as Missões de Paz e a atuação em casos de desastres naturais, como pretende mostrar a figura 1 a seguir.

Figura 1 – Desenvolvimento institucional do controle das Forças Armadas



Fonte: Florez.⁹⁶

Ressalte-se que o aumento da cultura política democrática das Forças Armadas não pode ser visto como realizado a partir de pontos fixos a serem ultrapassados de forma linear e contínua, ou seja, não se pode considerar que, quando superada determinada etapa, não seria possível um retorno ao estágio anterior. Ao contrário, a consolidação do regime político (democrático) e da forma de governo (republicano) é um processo constante e, pelo menos em teoria, sempre reversível.

Segundo o *Latinobarómetro*,⁹⁷ as Forças Armadas mantêm altos níveis de confiança pública em toda a América Latina, bem acima de partidos políticos, forças policiais, Judiciário e outras instituições políticas. Isso é um motivo de grande orgulho para a corporação. A esse respeito, ressaltam-se três questões: a) o alto *status* é derivado das missões subsidiárias, e não da finalidade principal das Forças Armadas, que é a Defesa Nacional; b) deter um alto *status* entre a população é diferente de deter alto poder político. O poder político é o *status* ativado e, ao verificar o baixo interesse parlamentar sobre o tema, constata-se que as Forças Armadas não detêm alto poder político nas questões gerais do Estado quando o assunto é defesa; c) o fato de a população de forma geral respeitar as Forças Armadas não se desdobra em relação de proximidade entre as elites civis e as elites militares.

Apesar desse alto índice de confiabilidade, ainda segundo o *Latinobarómetro*, a população rejeita a possibilidade de novos governos militares na região. O preocupante nos dados do *Latinobarómetro*, conforme discutidos por Mares,⁹⁸ é que considerável parte dos cidadãos desses países continua acreditando

que as Forças Armadas são uma instituição que, em casos de crise institucional, deverá substituir as lideranças civis para preservar a democracia, ou seja, continuam concebendo um papel de moderador político para os militares. Outro dado preocupante é que os latino-americanos não acreditam que os golpes militares tenham sido eliminados dos seus países na atualidade.

Mares também discute especificamente os dados brasileiros oferecidos pelo Latinobarômetro. O Brasil é o segundo país da América Latina onde os civis mais acreditam que haverá novos golpes militares (34%). Esses dados seriam a combinação de sentimento de inefetividade do governo civil, crença em uma missão doméstica para os militares e a percepção de que o sistema político precisa de reformas. Em virtude desse contexto atual e do histórico autoritário, Mares vê com muita preocupação o emprego militar nas ações policiais de combate ao crime ou nas mobilizações de massas populares, pois elas reforçariam práticas antidemocráticas nas Forças Armadas brasileiras.

Para Martínez,⁹⁹ quatro variáveis precisam ocorrer para que as Forças Armadas sejam consideradas respeitadas para com a democracia: a) a supremacia da autoridade civil; b) a neutralidade política dos militares; c) a civilinização dos militares; d) e a existência de uma cultura cívica entre os militares. No quadro abaixo, veem-se estas variáveis.

Quadro 2 – Do Poder Militar no Autoritarismo à Administração Militar na Democracia

Objetivos	Ações e reformas
Supremacia civil	Criação do Ministério da Defesa
	Comando civil sobre as Forças Armadas
	Controle ministerial sobre as promoções militares
	Remoção de oficiais militares de qualquer presença em outras áreas da administração
	Aprovação parlamentar da legislação de Defesa
	Criação de uma comissão parlamentar para supervisionar a área de Defesa
	Exclusão dos militares de assuntos de segurança pública
	O nível de autonomia militar deve ser determinado pelo governo
	Controle civil sobre os Serviços de Inteligência
Neutralidade	Proibição da filiação partidária para todos os militares
	A limitação de certos direitos públicos e liberdades para o pessoal militar
	Aceitação pelos militares do novo quadro jurídico-institucional
	Conversão dos militares em um ramo da administração
	Aceitação pelos militares de qualquer possível divisão territorial pelo poder político

continua

Neutralidade	Não-interferência na determinação da política externa e de alianças
	Eliminação da jurisdição legal especial para os militares
	Erradicação da propriedade militar sobre empresas públicas
	Controle governamental sobre as decisões de compra e venda de armamentos, navios, veículos, aviões ou outros materiais
Civilização	Eliminação dos privilégios militares
	Aproximação com os valores essenciais da sociedade como um todo
	O crescimento da produtividade
	A redução da endogenia militar
	A normalização do recrutamento de grupos não-tradicionais como mulheres e imigrantes
	O fim da discriminação por razões de sexualidade (aceitação da homossexualidade)
Cultura cívica	Aceitação das instituições democráticas e seus valores
	A reforma dos programas de estudo, treinamento e procedimentos das academias militares
	A ressocialização da sociedade como um todo em relação aos campos da Defesa e da Segurança
	Desmilitarização da cultura pública a respeito dos assuntos de segurança interna

Fonte: Martínez (tradução livre).¹⁰⁰

Percebe-se que algumas das variáveis dizem respeito a desafios institucionais, portanto, a mudanças jurídicas e legislativas necessárias para atingir o nível ótimo proposto pelo autor. Outras são variáveis comportamentais. Nesse caso, é determinante o papel das escolas militares no processo de ressocialização. Por fim, algumas variáveis mencionadas pelo autor poderiam ser utilizadas para a discussão da cultura política democrática da sociedade em geral, como a inclusão das mulheres.

No intuito de caracterizar o problema da educação militar num ambiente de cultura democrática, Mares e Martínez propõem o conceito de “reserva de domínio”. Reservas de domínio seriam áreas de autorregulação da corporação ou áreas sobre as quais os militares deteriam autonomia operacional e organizacional, áreas centrais para a defesa de si próprios. Para combater o estabelecimento dessas áreas, seria necessário orientar as reformas escolares para que promovam a ressocialização de militares e civis, que deveriam ter experiências conjuntas. Também seria imprescindível a desmilitarização da cultura de segurança interna, diferenciando as Forças Armadas das Forças Policiais de forma mais efetiva do que atualmente.

Pion-Berlin também discute a questão da autonomia, dividindo-a em dois tipos, a institucional e a política. Por autonomia institucional o autor entende “[o] esforço dos militares para proteger o núcleo das suas funções profissionais de ingerência política excessiva, o que eles acreditam que possa interferir com as metas de profissionalização e modernização” (tradução livre).¹⁰¹ Já autonomia política diz respeito à capacidade de controle ou grande influência militar sobre áreas que não são da defesa, como a economia ou a política externa.

Ainda segundo Pion-Berlin, a América Latina vivenciou vários avanços nos limites à autonomia política das Forças Armadas, porém poucos avanços no campo da autonomia institucional. O principal exemplo de autonomia institucional apresentado pelo autor é o do sistema educacional militar, cuja autonomia é defendida pelas Forças Armadas. No entanto, entendemos que manter a autonomia sobre sua própria educação não é uma proteção à instituição, mas sim uma ingerência sobre uma área social e, portanto, é autonomia política.

Já Diamint divide as relações entre civis e militares em três gerações. A primeira é o controle civil das Forças Armadas na concepção tradicional, como apresentada por Huntington. A segunda é fruto das missões de paz e da transformação de áreas de conflito, pela presença de organizações civis diversas fazendo um trabalho humanitário. A terceira geração de relações entre civis e militares deverá estar preocupada com a criação de pontes para a aproximação entre os militares e as agências civis, trabalhando para que a divisão entre eles se dissolva. Nesta última, a relação civil-militar é uma construção dialógica, e não de controle de um sobre o outro. Em outros termos, a supremacia civil não é moral ou intelectual, mas processual, a supremacia do eleito democraticamente sobre todos.¹⁰²

Em sentido semelhante, Florez propõe uma dupla ampliação do exercício do controle civil. A primeira diz respeito à necessidade de se falar em controle público dos assuntos de defesa, e não mais controle civil – superando a confusão terminológica que a dupla significação de civil (cidadão do Estado e cidadão que não é militar) provocava. A outra ampliação é a do conceito de controle para englobar também a defesa e não apenas o controle das Forças Armadas, incluindo a indústria de defesa, a formação de civis especialistas e outras questões pertinentes.¹⁰³

Nesse sentido, entende-se que a profissionalização militar do futuro tem dois objetivos igualmente importantes: garantir formação profissional e técnica compatível com as necessidades de defesa e segurança dos Estados, assim como com as diversas possibilidades de emprego militar no cenário atual; e assegurar a identificação das Forças Armadas com os povos e os paí-

ses, promovendo uma cultura política democrática e voltada para a paz. Para isso, no Brasil, o primeiro passo é transformar os sistemas de ensino singulares e apartados em um único sistema, válido para todos, civis e militares. Em outras palavras, promover a passagem do verbo de reflexivo (profissionalizar-se) para transitivo (profissionalizar).

Notas finais

Buscou-se neste texto apresentar o estado da arte da formação do militar no Brasil, dedicando especial atenção ao ensino oferecido ao profissional das armas. Partiu-se do pressuposto de que o regime democrático exige um soldado formado em uma cultura específica, e que esta está longe de ser uma realidade no Brasil. Acredita-se que o principal problema é a incompletude da transição para a democracia desde o regime autoritário no Brasil, que a bloqueou no âmbito eleitoral, não deixando o regime enraizar-se e expandir para a democracia social, que levaria à redução das desigualdades e ao crescimento da solidariedade.

Intentou-se ainda apontar que a responsabilidade pela autonomia dos militares que ainda existe no país não é produto exclusivo das Forças Armadas, mas principalmente das ações civis, especialmente pela negligência no exercício da autoridade e na condução – também no aprendizado – dos assuntos da defesa. Desde a atribuição de responsabilidades legais pela garantia da lei e da ordem até a banalização do uso das Forças Armadas em operações subsidiárias, ainda que desejadas pelos meios castrenses, percebe-se que o governo civil tomou o atalho mais fácil (e mais barato), reforçando, ao mesmo tempo, seu desdém com as questões da defesa do país e com o problema da autonomia militar.

Por último, mas não menos importante, tentou-se apontar para o quanto profissionalizar as Forças Armadas é uma exigência premente, o que implica uma reforma profunda no entendimento mesmo do que seja o ensino militar, promovendo a integração entre os sistemas civil e militar, e a cooperação técnica e científica entre agências de pesquisa nacionais, com participação indiscriminada, independente da origem do sujeito, civil ou militar.

RESUMO

A questão da profissionalização militar é multifacetada e permeável à realidade. Não pode, pois, ser vista como um receituário único. A profissionalização dos militares transige segundo variáveis internas e externas. Neste artigo, serão enfocados os desafios da profissionalização militar no Brasil, com

ênfase no Exército, com base em duas questões fundamentais. A primeira delas é a multiplicidade de funções que hoje as Forças Armadas brasileiras são chamadas a desempenhar, algumas delas conflitantes entre si. A segunda questão é a relação entre civis e militares no Brasil contemporâneo. Os dois temas oferecem elementos para um amplo leque de discussões, mas neste trabalho devem ser lidos em suas interfaces com a variável profissionalização. Por fim, consideram-se alguns elementos essenciais para a profissionalização do futuro militar.

PALAVRAS-CHAVE

Profissionalização; Forças Armadas; Emprego militar; Relação civil-militar.

ABSTRACT

The issue of military professionalization is multifaceted and permeable to reality. It cannot therefore be regarded as a single prescription. The professionalization of the military transients according to internal and external variables. This article will focus on the challenges of military professionalization in Brazil, with emphasis on the Army, based on two fundamental issues. The first of these is the multiplicity of functions that today the Brazilian Armed Forces are called upon to perform, some of them conflicting with each other. The second issue is the relationship between civil and military in contemporary Brazil. Both themes offer elements for a wide range of discussions, but in this work they should be read in their interfaces with the variable professionalization. Finally, some essential elements are considered for the professionalization of the military future.

KEYWORDS

Professionalization; Armed Forces; Military employment; Civil-military relationship.

Professionalize, a transitive verb

NOTAS

1. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Contato da autora: anapenido@gmail.com
2. Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (Gedes, Unesp). Contato da autora: suzeley.kalil@unesp.br
3. O'DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário*: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988. Os autores cunharam o termo baseados no estudo dos regimes inaugurados com o golpe de 1964 no Brasil e instalados sucessivamente na Argentina (1966/1973), Chile e Uruguai (1973). Basicamente, os regimes burocrático-autoritários surgem como resposta a uma

situação em que as camadas populares e trabalhadoras vêm tendo conquistas, o que abre uma crise na dominação tradicional. Para restabelecer a situação anterior de dominação, é construído um novo regime que suprime a democracia e lança mão de mecanismos coercitivos. Ele é chamado ‘autoritário’ porque apenas formalmente mantém alguns direitos – como, por exemplo, no Brasil entre 1964 e 1985, quando havia eleições para cargos legislativos e para prefeitos. É adjetivado como ‘burocrático’ porque é uma burocracia, as Forças Armadas, que passam a não apenas governar, mas a ditar as regras do jogo. É chamado burocrático-autoritário também como forma de diferenciar-se das ditaduras clássicas como, por exemplo, a argentina dos generais José F. Uriburu e Agustín P. Justo (1930-1943).

4. CERVO, Amado. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2002.

5. BERNAL-MEZA, Raul. A política externa do Brasil: 1990-2000. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 45, v. 1, 2002.

6. CERVO, Amado. *Op. cit.* p. 10.

7. CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. Estratégia e defesa (1960-1990). *Premissas*, v. 7, p. 26-68, ago. Campinas, 1994.

8. FLORES, Mário César. *Bases para uma Política Militar*. Campinas: Unicamp, 1992.

9. MARTINS FILHO, João Roberto. As Forças Armadas no Brasil pós-Guerra Fria. *Revista Tensões Mundiais*, v. 2, n. 3, jul./dez., p. 78-109, 2006.

10. As Conferências de Ministros de Defesa das Américas começaram em 1995, por iniciativa dos EUA, em que, exceto Cuba, todos os países americanos participam. Elas ocorrem bianualmente e abrangem uma diversidade de aspectos da área de segurança e defesa. Nessa instância, os EUA vêm continuamente pautando a necessidade de direcionar as Forças Armadas dos países latino-americanos para o combate às chamadas ‘novas ameaças’, especialmente ao narcotráfico. Para aprofundamentos, ver TORRES, Sthefane Mara. As conferências de Ministros da Defesa das Américas – interesses brasileiros versus interesses norte-americanos 105 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2011.

11. MATHIAS, Suzeley Kalil; ZAGUE, José Augusto; SANTOS, Leandro F. S. A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. *Opinião Pública*, Vol. 25, n. 1, p. 136-168. Campinas (SP), Cesop-Unicamp, jan-abr., 2019.

12. SAINT-PIERRE, Héctor L. Defesa ou segurança? Reflexões em torno de conceitos e ideologias *Contexto Internacional*, v. 33, n. 2, julho/dezembro 2011.

13. KIRAS, James D. Terrorism and Irregular Warfare. In: BAYLIS, John *et al.* (org.). *Strategy in the contemporary world*. Nova York: Oxford, 2002. p. 227.

14. WINAND, Érica C. A. *Diplomacia e defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. História e conjuntura na análise das relações com a Argentina. São Paulo: Unesp, 2016.

15. MORAES, João Quartim de. O fator militar no governo Bolsonaro. *Margem Esquerda*. Revista da Boitempo, n. 32, São Paulo, Primeiro Semestre, 2019, p. 40-47.
16. O número de militares presente na área de defesa, embora possa ser considerado 'natural' na área específica das FFAA, como o é a área de defesa, é prova de uma 'desmilitarização' incompleta do governo burocrático-autoritário.
17. HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
18. BRUNEAU, Thomas C.; MATEI, Florina C. *Routledge handbook on civil-military relations*. London: Routledge, 2013
19. *Idem*, p. 31.
20. KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
21. Exemplo disso é que hoje tem se tornado incomum a promulgação pelos Estados de Declarações de Guerra, peças jurídicas importantes no momento do conflito que precede o atual. Hoje, as invasões estadunidenses a outros Estados, por exemplo, são chamadas Missões de Imposição de Paz, eufemismo que esconde outras formas de fazer a guerra, com maior instrumentalização de outras forças (locais inclusive) e menor escala no uso das Forças Armadas regulares.
22. GODOY, Tânia R. P. O estudo da guerra e a formação da liderança brasileira (1996-2004). (Tese de doutorado). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004.
23. BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. *Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008*. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2014. Brasília, 2008.
24. WALTON, C. Dale. The second nuclear age: nuclear weapons in the Twenty-first Century. In: BAYLIS, John; WIRTZ, James; GRAY, Colin. *Strategy in the contemporary world*. 3. ed. Nova York: Oxford, 2010.
25. CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
26. *Idem*, p. 137.
27. BRASIL. Ministério da Defesa. *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Ministério da Defesa, 1996a. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/enternet/sitios/internet/pedn/php>>. Acesso em: 23 ago. 2003.
28. As missões de manutenção da paz (*peacekeeping*) e de promoção da paz (*peacemaking*) implicam ações de negociação com vistas à solução pacífica dos conflitos. Podem envolver ações militares no sentido de monitorar e mediar os conflitos (separação de forças, cessar fogo), objetivando o acordo de paz. São feitas com o consentimento das partes e tem por base o capítulo 6 da Carta da ONU.

Já as missões de construção da paz (*peace-enforcement*) são baseadas no capítulo 7 da Carta da ONU e implicam a utilização da força armada para levar a um processo de negociação, pois as partes não conseguem, sem mediação, chegar a um cessar fogo, por exemplo. Há ainda as missões de construção da paz (*peace-building*), normalmente realizadas depois da assinatura dos acordos de paz, com o objetivo de reconstruir e fortalecer as instituições do país palco do conflito. Para maiores informações, veja BIGATÃO, Juliana P. “As Operações de Paz das Nações Unidas no pós-Guerra Fria: o caso dos conflitos armados intraestatais”. Texto apresentado no Encontro Nacional da ABED, São Carlos, 2013. Disponível em <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Juliana%20P%20Bigatao%2013-08-07.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

29. COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

30. SANT'ANNA, Lourival. Forças se ressentem de falta de definições. *O Estado de S. Paulo*: Os novos e velhos dilemas dos militares. 1999. p. 2.

31. BERTAZZO, Juliana S. M. *Papéis militares no pós-Guerra Fria: a perspectiva do Exército brasileiro*. (Tese de mestrado). Campinas: Unicamp, 2005. p. 52.

32. BRASIL. Ministério da Defesa. *Lei Complementar n. 117*. Brasília: DOU, 2004.

33. BERTAZZO, J. S. M. *Op. cit.*

34. COELHO, E. C. *Op. cit.*, p. 89.

35. ARRUDA, João Rodrigues. *O uso político das Forças Armadas e outras questões militares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

36. CARVALHO, J. M. *Op. cit.*, p. 170-171.

37. BEATO FILHO, Cláudio; RIBEIRO, Ludmila. Discutindo a reforma das polícias no Brasil. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, e174, Dec. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151960892016000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2019.

38. CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

39. MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André. The armed forces in Brazilian's constitutions. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 5, Selected Edition, 2010. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092010000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2019.

40. SANTA'ANNA, L. *Op. cit.*

41. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo; SOARES, Samuel Alves. Brasil, Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

42. BRASIL. Ministério da Defesa. *Política de Defesa Nacional*. Brasília-DF: Ministério da Defesa, 1996a. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/enternet/sitios/internet/pedn/php>>. Acesso em: 23 ago. 2003.
43. BRASIL. Presidência da República. *Decreto n. 5484/2005*. Política de Defesa Nacional. Brasília: DOU, 1/7/2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/D5484.htm>. Acesso em: 19 jul. 2019 (grifo nosso).
44. BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em 13 set. 2019, grifos nossos. A Lei Complementar 97/1999, alterada pela LC 136/2010, estabelece que a PDN, assim como a Estratégia Nacional de Defesa (END), devem ser atualizadas de quatro em quatro anos. O documento mais recente foi aprovado em 2018 pelo Congresso Nacional e repete a redação de 2012. BRASIL. Senado Federal. *Decreto Legislativo n. 179/2018*. Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco da Defesa. Brasília: DOU, 17/12/2018. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.
45. SOARES, Samuel Alves. ¿Volvieron los militares en Brasil? La democracia obstruida por la cuestión militar. *Nueva Sociedad*, 278, p. 48-58, nov.-dez., 2018. Disponível em: <<https://nuso.org/revista/278/otra-vez-los-militares-democracia-inseguridad-ciudadania/>>. Acesso em: 19 jul. 2019.
46. MATHIAS, S.; GUZZI, A. *Op. cit.*, p. 53.
47. BERTAZZO, J. S. M. *Op. cit.* p. 46.
48. ARRUDA, J. R. *Op. cit.*
49. BRASIL. Ministério da Defesa. *Lei Complementar n. 97*. Brasília: Ministério da Defesa. 1999b
50. Parágrafo 3º, Lei Complementar 117/2004, que alterou a LC97/1999. BRASIL. Ministério da Defesa. *Lei Complementar n. 117*. Brasília: Ministério da Defesa, 2004.
51. Distribuição de GLO por Governo: FHC (1995-2003) = 47; Lula (2003-2011) = 39; Dilma Rousseff (2011-2015) = 27. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/13092018/3_tabelas_glo_Grafico_por_ano_Barras_03_SET_18.pdf>, e <<https://acervo.oglobo.globo.com/emdestaque/ocupacao-do-alemao-em-2010-contou-com-600-homens-blindados-da-marinha9001633>>. Acessos em: 19 jul. 2019.
52. MATHIAS, S. K.; ZAGUE, J. A.; SANTOS, L. F. S. *Op. cit.*, p. 139.
53. *Idem*, p. 144.
54. Posição defendida, entre outros, pelo general Santos Cruz, comandante militar da MINUSTAH entre 2006 e 2009. Disponível em: <<https://g1.globo.com/>>

mun-do/noticia/missao-de-paz-no-haiti-veja-altos-e-baixos-nos-13-anos-de-presenca-militar-brasileira.ghtml >. Acesso em 14 set. 2019.

55. É notável o aumento do emprego militar nas ações policiais. O principal exemplo disso foi dado em novembro de 2004, quando foi criada a 11ª Brigada de Infantaria Leve – Garantia da Lei e da Ordem, especializada no combate a civis brasileiros, com adestramento e materiais específicos. No mesmo ano, também foi criada a Força Nacional de Segurança Pública, composta por policiais vindos de vários estados de origem. Dois novos grupos com funções semelhantes, mas com treinamento e estruturas organizacionais e profissionais diferentes.

56. Exemplo desse tipo de atitude foi dado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que determinou, no final de 1999, a ocupação de sua fazenda por um contingente do Exército, então ameaçada de ocupação pelo Movimento Sem Terra, mobilizando um contingente de 2.000 homens, tanques blindados, carros de combate e helicópteros de transporte. A Justiça, quando acionada, entendeu que FHC deveria devolver o montante gasto aos cofres públicos, pois a Força fôra utilizada na proteção de uma propriedade particular. No entanto, a sentença foi reformada pelo Tribunal Regional Federal, que entendeu que a ameaça era não à propriedade, mas ao chefe de Estado. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2007-out-01/exercito_defender_terra_invadida_presidente>. Acesso em: 19 jul. 2019.

57. GODOY, T. R. P. *Op. cit.*

58. É significativa a diferença de treinamento e preparo entre as polícias militares, responsáveis pelo policiamento ostensivo nos locais em que se desenvolvem as operações GLO, e o da Polícia Federal, que atua nas operações de fronteira. No entanto, por questão de espaço, bem como do escopo deste texto, não temos como discutir o tema aqui. Cabe registrar, todavia, que as primeiras são tão mal treinadas e mal remuneradas que são alvo fácil de cooptação pelo crime e, como indicou a própria ONU, deveriam ser extintas e em seu lugar criada uma polícia nova e ciosa da cidadania (<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/paises-da-onu-recomendam-fim-da-policia-militar-no-brasil.html>>). Já a Polícia Federal tem melhor preparo. No entanto, a falta de recursos, financeiros e humanos, e principalmente a falta de uma política de segurança pública nacional exclusiva para tal órgão, sem o estabelecimento de prioridades, mas responsabilizando-a desde o trabalho com imigrantes até o policiamento ostensivo de fronteiras; desde a investigação de roubos a banco até a da corrupção política, também deixa-a suscetível à sedução pelo ganho fácil com o crime organizado.

59. Um exemplo que chocou o país foi a morte do músico Evaldo Rosa no Rio de Janeiro, em abril deste ano. Conforme a imprensa noticiou, houve adulteração da cena do crime, cometido por soldados do Exército (<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/30/musico-morreu-com-nove-tiros-de-fuzil-disparados-por-militares-do-exercito-diz-laudo.ghtml>>). No entanto, dificilmente haverá punições, pois os militares estão protegidos pela legislação <http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf>.

60. RODRIGUES, Thiago. 'Facções podem ter penetrado nas baixas patentes militares'. Entrevista a Danilo Thomaz. Revista *Época*, 29/06/2019. Disponível em <<https://epoca.globo.com/entrevista-faccoes-podem-ter-penetrado-nas-baixas-patentes-militares-23772095>>. Acesso em 13 set. 2019. A atitude, atribuída a um único sargento da Aeronáutica, é pedagógica seja para informar sobre a incapacidade dos militares em garantir a segurança do presidente da República, seja para apontar para a gravidade da presença do crime organizado no aparelho de Estado. Entre as muitas reportagens, veja: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/02/politica/1562091519_351309.html>. Acesso em: 19 jul. 2019.
61. ARRUDA, J. R. *Op. cit.*
62. O Barão Antoine-Henri Jomini (1779-1869) foi um militar suíço que comandou tropas na França. É considerado o principal teórico militar da primeira metade do século XIX. Intérprete das campanhas napoleônicas, propôs um conjunto de princípios básicos da guerra. Junto com Clausewitz, influenciou o pensamento militar do mundo inteiro.
63. SHY, John. "Jomini" in Peter Paret (org). *Construtores da estratégia moderna*. Tomo I. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001b.
64. FINER, Samuel. *The man on horseback*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2002.
65. HUNTINGTON, S. P. *Op. cit.*, p. 35.
66. MATHIAS, Suzeley Kalil; BERDU, Guilherme Paul. Ensino militar no contexto da mercantilização da educação. In: CARMO, Corival; WINAND, Érica; BARNABÉ, Israel; PINHEIRO, Lucas (org.). *Relações internacionais: olhares cruzados*. Brasília: Funag, 2013.
67. Segundo Arruda (*Op. cit.*), em 2004, 36,5% dos alunos da Escola de Sargentos das Armas estavam cursando ou já haviam concluído o ensino superior. Em números absolutos, para cada oficial (tenente e capitão oriundo da AMAN) existem dois sargentos frequentando ou já possuidores do grau universitário. Ao analisar o ambiente acadêmico que forma esses dois grupos, pode-se perceber as fontes de tensão.
68. JANOWITZ, Morris. *The military in the political development of new nations: an essay in comparative analysis*. Chicago: Chicago University Press, 1964.
69. *Idem*, p. 35.
70. COELHO, E. C. *Op. cit.*
71. PENIDO, Ana A. Profissionalização e educação militar: um estudo a partir da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). (Dissertação de mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.
72. HUNTINGTON, S. P. *Op. cit.*, p. 87.
73. GODOY, T. R. P. *Op. cit.*, p. 46-47.

74. SHY, J. *Op. cit.*, p. 225.

75. BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 04 set. 2019.

76. PENIDO, Ana A.; MATHIAS, Suzeley Kalil. *Democracia en tiempos revueltos: consideraciones de la enseñanza en el Ejército argentino y brasileño*. Trabalho apresentado no XIII Congresso da SAAP. Buenos Aires, Universidad Torcuato Di Tella, 2 a 5 de agosto de 2017, digit.

77. BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. *Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008*. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/>. Acesso em: ago. 2014.

78. *Idem*.

79. OEI. *Metas educativas para 2021*. Espanha, 2010. Disponível em: http://www.oei.es/metas2021/metas2021_portugues.pdf. Acesso em: dez. 2014.

80. MATHIAS, S. K.; BERDU, G. P. *Op. cit.*, p. 401.

81. *Idem*, p. 382.

82. DOMINGOS NETO, Manuel. A convivência civil-militar no âmbito acadêmico: o caso brasileiro. *Revista Comunicação e Política*, v. 30, n. 2, p. 48-59, 2012.

83. *Idem*, p. 52.

84. O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) é uma agência governamental, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que tem como finalidade o fomento da pesquisa científica e tecnológica, e o incentivo à formação de pesquisadores no Brasil. Criado em 1951 por proposição do Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, que também foi o responsável por introduzir a energia atômica no Brasil. O CNPq é responsável, em maior ou menor grau, por todas as descobertas científicas do país, pois todos os grandes projetos, desde o desenvolvimento de insumos agrícolas a *chips* de computadores, foram financiados, ainda que parcialmente, pelo órgão. Para aprofundamento, consulte OLIVEIRA, Joelmo Jesus de. Ciência, tecnologia e inovação no Brasil: poder, política e burocracia na arena decisória. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 24, n. 59, pp.129-147. Curitiba, UFPR, 2006.

85. DOMINGOS NETO, *Op. cit.*, p. 54.

86. *Idem*, p. 57.

87. SANTOS, Murillo. *O caminho da profissionalização das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Gráfica, 1991.

88. CAMPOS, Marcio Teixeira; ALVES, Vagner Camilo. A guerra das Falklands/Malvinas e suas repercussões no Exército Brasileiro. In: FIGUEIREDO, Eurico Lima (org). *Sociedade, política e estudos estratégicos*. Rio de Janeiro: Luzes, 2013, p. 59-60.

89. *Idem*, p. 68.
90. BRUNEAU; MATEI, *Op. cit.*
91. OLMEDA, José. Escape from Huntington's labyrinth: civil-military relations and comparative politics. In: BRUNEAU, Thomas; MATEI, Florina (orgs.). *The Routledge handbook of civil-military relations*. London/New York: Routledge, 2013.
92. *Idem*, p. 66.
93. Considera-se essa uma definição absolutamente minimalista de democracia, muito distante das formulações sobre democracia de Rousseau ou Marx. DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.
94. O'DONNELL, Guillermo. Democracia Delegativa? *Novos Estudos CEBRAP*, 31. São Paulo, 1991. Para o caso brasileiro, é interessante acompanhar os artigos de Vladimir Safatle publicados periodicamente na *Folha de S. Paulo*. Uma amostra que não se baseia no momento atual é: A democracia que não veio. *Folha de S. Paulo*, 30/08/2010.
95. Veja MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael. Introduction. In: MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael (org.). *Debating civil-military relations in Latin America*. Chicago: Sussex Academic Press, 2014; FLOREZ, José Miguel. *Qué militares, para qué escenarios: la formación militar en la agenda de la gobernabilidad*. Sistemas de Enseñanza Militar y educación para la defensa en Iberoamerica. Madrid, p. 133-155, 2010.
96. FLOREZ, *Op. cit.*, p. 145.
97. LATINOBARÓMETROCORPORATION. Providencia, Chile. 1996. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/>>. Acesso em: dez. 2014.
98. MARES, David R. Citizen security, democracy and the civil-military relationship. In: MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael (org.). *Debating civil-military relations in Latin America*. Chicago: Sussex Academic Press, 2014.
99. MARTÍNEZ, Rafael. Objectives for democratic consolidation in the Armed Forces. In: MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael (org.). *Debating civil-military relations in Latin America*. Chicago: Sussex Academic Press, 2014.
100. *Idem*, p. 25-27.
101. PION-BERLIN, David. Latin American civil-military relations: what progress has been made? In: MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael (org.). *Debating civil-military relations in Latin America*. Chicago: Sussex Academic Press, 2014, p. 67.
102. DIAMINT, Rut. Latin America and the Military Question Reexamined. In: MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael (org.). *Debating civil: military relations in Latin America*. Chicago: Sussex Academic Press, 2014.
103. FLOREZ, J. M. *Op. cit.*